

NOTAS CONCLUSIVAS SOBRE O ESTUDO SOBRE O VOLUNTARIADO

As notas conclusivas que a seguir se apresentam de ser balizadas por dois vectores ou considerações fundamentais:

- por um lado, o estudo realizado foi marcado por vários condicionalismos e limitações (nomeadamente o reduzido prazo de realização e a época desfavorável, coincidindo em grande parte com o período natalício e o fecho/início do ano, em que teve de ocorrer), que impediram a sua plena eficácia, em particular por comparação com alguns estudos anteriores, eles próprios já dando conta de várias limitações¹.
- por outro lado, procurou-se a fundamentação científica das reflexões nele apresentadas através da combinação de várias estratégias metodológicas quantitativas e qualitativas, incluindo contactos directos com painéis de referência (de organizações, de voluntários e de especialistas) e a adopção de métodos de regressão, de forma a validar as principais conclusões.

Ambos estes pontos se encontram melhor explicados e enquadrados na Nota metodológica (cf. ponto3).

Deve-se por isso relativizar e encarar com alguma cautela, não tanto a essência das conclusões, mas sobretudo a sua base quantitativa.

O primeiro aspecto a referir é que todas as indicações recolhidas (quantitativas e qualitativas, directas e indirectas) apontam para uma taxa de voluntariado na população portuguesa a rondar os 18% - 20%, ou seja, bastante mais elevada do que a que era até agora referida nos vários estudos, nacionais ou internacionais, publicados (cf. a este propósito, o ponto 4.1.).

Dos elementos recolhidos durante este estudo, essa taxa mais levada resulta da conjugação de dois factores:

- a) uma alteração metodológica, no sentido de se ter considerado (o que não parece ter sido o caso em estudos anteriores), para efeitos daquele cálculo, toda e qualquer situação de acção voluntária, presente ou anterior, permanente (ou regular) ou episódica (ou ocasional), enquadrada, ou não em organizações e

¹ Como é o caso do estudo coordenado por Ana delicado, do ICS, e está expresso no seu ponto 3 (“Estratégia metodológica”), nomeadamente – pág. 28 a 31. Cf. Delicado (2002).

qualquer que seja a área, dentro do conceito adoptado, o que poderá explicar, no máximo 1% - 2% daquela percentagem;

- b) um efectivo aumento da propensão para a acção voluntária na sociedade portuguesa, como se fundamentará a seguir, o que será a explicação essencial para a tendência que esta estimativa indica.

De facto, vários factores, confirmados por este estudo, apontam para um aumento real do voluntariado em Portugal nos últimos anos. Destacam-se, dos elementos recolhidos, oito principais razões, algumas cruzadas e interligadas.

Em primeiro lugar, há que destacar o aumento verificado, em geral, nos últimos anos (em particular em Portugal), na visibilização, na valorização social política e científica e no enquadramento da acção voluntária, o que lhe conferiu outro estatuto, prestígio e dignidade, alargando os seus pilares e motivações, tradicionalmente mais associados à disponibilidade na reforma, aos tempos livres e às motivações maioritariamente religiosas e filantrópicas.

Dentro desta mesma lógica, a (re) emergência da Ética, ou melhor, de novas expressões e desafios éticos, por exemplo associados aos factores referidos adiante como terceira razão, também contribuíram para esta maior, mais ampla e diferenciadas formas de valorização da acção voluntária.

Genericamente, pode-se dizer que o voluntariado é muito mais valorizado e dignificado actualmente, por comparação com o passado, sobretudo anterior ao século XXI.

Em segundo lugar, é explícita e evidente a influência da visibilidade e das medidas políticas e dos eventos sociais que decorreram, em Portugal, do Ano Internacional – 2001, da criação do Concelho Nacional para a Promoção do Voluntariado (CNPV), da acção dos Bancos Locais de Voluntariado, criados e incentivados por aquele Conselho, e do Ano Europeu – 2011.

Este quadro de eventos e de institucionalização teve um efeito muito importante no reconhecimento político e social do trabalho voluntário, no seu enquadramento formal (legal), na criação de estímulos e de contextos mais favoráveis à sua prática e, consequentemente, na sua valorização em geral, contribuindo, também, desse modo, para a primeira razão referida.

Em particular, a acção continuada e persistente do CNPV foi reconhecida, por várias das organizações, responsáveis e estruturas auscultadas, como um dos factores mais

importantes na dignificação e maior e maior atracção para o trabalho voluntário, pelo menos em relação a alguns dos seus segmentos mais ligados à acção social.

Em terceiro lugar, há que sublinhar a importância de o voluntariado ter, nos últimos cerca de 30 anos, ganho um enquadramento teórico-científico mais consistente, nomeadamente associado à discussão e afirmação (ou actualização) dos conceitos de Economia Solidária, Economia da Dívida, Participação, Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Local e Desenvolvimento Integrado.

Emergem, deste modo, novos quadros teóricos para o sentido e o papel da acção voluntária no século XXI, que vão para além da sua integração no conceito tradicional de economia Social e da sua análise relativamente periférica no âmbito da Sociologia.

Este maior destaque e alargamento científico contribuiu também sobremaneira para a sua valorização e atracção como opção cívica, social, política e ética. Neste último caso há uma ligação com a importância crescente das questões éticas associadas, nos últimos anos aos temas da coesão social, da preservação ambiental e do diálogo intercultural (no âmbito, por exemplo, do conceito e das práticas e normas de Desenvolvimento Sustentável), como já tinha sido referido, preliminarmente, na primeira razão enunciada. À luz deste enquadramento teórico, o(a) voluntário(a) é visto(a), cada vez mais, como um actor económico e um agente de Desenvolvimento, que pode ter um papel importante na evolução das sociedades do século XXI.

De certa forma, em relação com o factor anterior, pode-se referir, como quarta causa, a emergência, nos últimos anos, de novas áreas de voluntariado, associadas a novas lutas e movimentos sociais.

Os temas e os desafios decorrentes da ecologia e da defesa do ambiente, da valorização das culturas e dos patrimónios locais (ameaçados pela globalização), do apoio aos imigrantes e às migrações étnicas e conseqüente promoção do diálogo intercultural, da intervenção para o Desenvolvimento Local dos territórios e comunidades (rurais e urbanas) mais ameaçadas de desvitalização e marginalização, da cooperação com os países do Terceiro Mundo, da luta pela paz, da alterglobalização, da dignificação da Igualdade de Oportunidades, e em particular da Igualdade de Género, das práticas da Democracia Participativa são, entre outros, (novos) domínios importantes de cidadania e acção voluntária, traduzida em novas motivações da solidariedade, e em novas lógicas associativas, ou até de maneira informal.

Nascem assim novos campos de Solidariedade e de Acção Voluntária, que vão para além da Solidariedade Social, de base filantrópica e direccionada para pessoas em situação de pobreza e exclusão social, ou de privação e risco, ainda que transitória.

Exprimem-se, deste modo, novas lógicas de Solidariedade Ambiental, Cultural, de Desenvolvimento, de Paz, de Género, etc.

De certo modo, passa-se de uma Solidariedade meramente antropocêntrica para uma Solidariedade ecocêntrica, logo sistémica.

As expressões ou efeitos desta mudança (em curso) nas motivações, natureza e consequências do Voluntariado são múltiplas e anunciam-se profundas, com tradução, por exemplo no perfil etário, motivacional e de representações dos voluntários, que este estudo já detectou, ainda que de forma preliminar.

Estas novas áreas de afirmação da Acção Voluntária têm, por outro lado, reforçado o seu carácter de Cidadania Activa, ou seja, como processo de participação efectiva dos cidadãos na sociedade e na resposta aos seus problemas e desafios. Nesse sentido, ao traduzir a(co) responsabilização de muitos(as) cidadãos(ãs) perante as grandes questões das sociedades actuais, pode-se dizer que o Voluntariado tem-se tornado um dos pilares de uma Democracia Participativa, necessária para complementar a Democracia Representativa.

Pressupõe, como é evidente, e como se sublinhará mais à frente, um Voluntariado mais informado e mais crítico, mais associado aos conceitos referidos no terceiro ponto e menos assistencialista.

Uma outra razão (a quinta) do aumento da taxa de voluntariado, está relacionada com a maior sensibilização, constatável em Portugal, de muitas escolas e estabelecimentos de ensino superior a este tema.

São indicadores significativos a adesão de várias delas à comemoração dos anos dedicados ao Voluntariado, já referidos, a inclusão deste tema em vários programas escolares, a criação de Clubes de Voluntariado e a promoção de programas de acção voluntária, em diferentes domínios, quer junto das comunidades próximas, quer relativos a países do Terceiro Mundo (normalmente PALOP).

É também de realçar (é o sexto factor) a valorização que ocorreu, nos últimos anos, do conceito e das práticas de “segunda carreira”, para as pessoas que já reformaram da

chamada (incorrectamente) “vida activa”, que melhor se deveria designar por “vida activa mercantil”.

A passagem à reforma, ao permitir libertar a pessoa sénior dos constrangimentos mercantis (nomeadamente do mercado de trabalho), pode, de facto, viabilizar uma “segunda carreira activa”, tão ou mais significativa do que a “primeira”.

Uma parte deste (novo) impulso activo sénior pode traduzir-se em trabalho voluntário, mais valorizado do que anteriormente, associado a uma acção de utilidade social (mas também económica, ambiental, cultural, territorial e política), ou seja, mais relacionado com a produção de valor de uso do que de valor de troca.

Parece portanto emergir uma nova abordagem do voluntariado sénior, a par dos crescentes e novas motivações para o voluntariado jovem, que se traduzem em valorizações acrescidas em ambos os casos.

Nos últimos anos, surgiu um outro factor (sétimo) a incentivar o trabalho voluntário por parte dos mais novos, que é o aumento drástico do desemprego jovem, sobretudo em Portugal.

A falta de trabalho e de oportunidades profissionais após a conclusão dos estudos, tem “empurrado” (é o termo adequado, muitas vezes) muitos jovens para o trabalho voluntário, como forma de ocupação para se sentirem úteis, mas também como aprendizagem complementar (ligada à acção) e/ou (eventual) rampa de lançamento para o mercado de trabalho.

Embora nem sempre por “linhas directas” e com motivações directas e positivas, o desemprego jovem tem também contribuído para reforçar a acção voluntária nos últimos anos, o que, sendo uma razão por motivos adversos e (em princípio) negativos para os jovens, não pode ser ignorada e deve ser considerada na reflexão, nas medidas e no apoio ao Voluntariado.

Finalmente, como oitavo factor, refira-se que a crise (multidimensional, nas suas origens e expressões, e não apenas económica e financeira) que tem assolado muitos países ultimamente, e em particular Portugal, tem dado um contributo muito considerável para o crescimento da Acção Voluntária, não só do lado da “procura”, pelo agravamento de situações de pobreza e exclusão social e de risco social, mais em geral, a solicitar apoio e respostas da sociedade civil (até pela diminuição e insuficiência das

respostas do Estado-Providência), mas também do lado da “oferta”, ao estimular a responsabilização dos cidadãos e das organizações da sociedade civil e ao “disponibilizar” pessoas que estão no desemprego ou na reforma (muitas antecipadas).

A crise pode, nalguns casos, revelar-se como desencandadora de processos de responsabilização e de cidadania individual e colectiva, e não apenas de desânimo, resignação e passividade. Esse foi, pelo menos, um dos pontos detectados em vários momentos e testemunhos deste estudo.

Em última conexão com estes factores e conseqüente aumento da taxa de voluntariado, este estudo permite estimar em cerca de 600000 o número de voluntários(as) integrados(as) em associações e, portanto, situando-se em contextos e acções organizadas, cerca de 60% dos quais de forma regular.

Uma parte importante deste total refere-se aos novos domínios da acção voluntária (ambiente, cultura, Desenvolvimento local, cooperação para o desenvolvimento, etc.), mas continua a verificar-se um peso muito considerável (cerca de 2/3) dos domínios mais tradicionais da Solidariedade Social e da protecção cívica.

Comparando com estudos anteriores, verifica-se um aumento mais do que proporcional dos voluntários mais jovens (a idade média reduziu-se), embora, em geral, aumentaram todos os escalões etários, o que é comparável com os factores analisados anteriormente.

O voluntariado é mais jovem em domínios como o associativismo juvenil, os bombeiros, as colectividades de cultura e recreio, as ONGD e as ADL, o que corresponde às lógicas associadas às escolhas e motivações dos mais jovens e aos novos domínios antes referenciados.

Em contrapartida, o voluntariado sénior está mais presente nas misericórdias, na Cáritas e nas organizações de Solidariedade Social, domínios mais associados a esse tipo de acção voluntária.

Na distribuição por género, há algumas “especializações”:

- os homens, que são cerca de 55% do total dos voluntários em Portugal, predominam no voluntariado de direcção, enquanto as mulheres estão ,mais presentes no de execução (sobretudo ocasional);
- os homens são os que têm mais peso nos bombeiros (de longe), nas colectividades de cultura e recreio e nas misericórdias;

- as mulheres, por seu turno, ocupam a maioria do trabalho voluntário nas ONGD, nas associações juvenis, nas ADL, na Cáritas e nas organizações de Solidariedade Social (sobretudo como ocasionais).

Há contudo algumas mudanças que já se começam a detectar: segundo os dados recolhidos, aumentou consideravelmente, nos últimos anos, o número de mulheres em cargos de direção, bem como em actividades mais tradicionalmente masculinas (como é o caso dos bombeiros).

No que se refere aos cargos de direção, continua, no entanto, a verificar-se, maioritariamente, um problema que é o da pouca renovação dos dirigentes, bem como uma fraca disponibilidade para formação específica para o exercício dos seus cargos, a exigirem cada vez mais “saberes” e competências não implícitas.

A questão da formação é, aliás, um dos pontos essenciais da reflexão permitida por este estudo.

É verdade, por um lado, que tem havido, ao longo do tempo, um aumento da escolaridade dos voluntários: cerca de 2/3 têm o ensino secundário ou superior.

Esta evolução é, por um lado, o reflexo do aumento da escolarização, em geral, da população portuguesa nas últimas décadas.

Mas é também (mais) um indicador das alterações observadas, nos últimos anos, na acção voluntária, nomeadamente no que se refere à redução da idade média (aumento do peso do voluntariado jovem) e à emergência de novos domínios – os maiores índices de escolaridade situam-se no caso das ONGD, das ADL, das associações juvenis e das ONGA.

Por outro lado, há um número crescente de voluntários(as) que já frequentaram acções de formação explicitamente orientadas para o seu trabalho voluntário, muitas delas até como seu pré-requisito (como acontece com muitas ONGD).

Há pois uma consciência crescente, nas organizações e nos(as) voluntários (as), de uma crescente exigência e rigor no seu trabalho e missão.

A própria lei do voluntariado teve um papel fundamental nesta evolução, ao enquadrar a necessidade de desenvolver acções de formação, pelo menos numa fase inicial ou mesmo preliminar, ou seja antes do envolvimento activo dos(as) voluntários(as).

Verifica-se portanto uma tendência para associar voluntariado a rigor, exigência e qualidade no cumprimento das suas funções (conotando-o com... um certo, dir-se-ia,

“profissionalismo”), contrariando a ideia tradicional e negativa de... “voluntarismo” (assente apenas na generosidade e na boa-vontade).

Contudo, apesar deste sinais positivos, apenas cerca de ¼ frequentou acções de formação adequadas (em duração e conteúdo), enquanto cerca de 1/3 frequentou apenas algumas acções mais avulsas e de curta duração e um pouco mais de 40% não frequentou nenhuma formação.

Há, portanto, ainda um longo caminho a percorrer.

Uma outra conclusão importante refere-se às motivações dos(as) voluntários(as).

Como em estudos anteriores, a principal conclusão a tirar é a da multiplicidade de motivações explícitas e implícitas.

Embora continuem a predominar razões explícitas relativas à solidariedade, filantropia, caridade e outras de cariz moral e religioso (“para fazer o bem”, “para ajudar os outros”, “para ajudar os irmãos em dificuldade”, etc.), constata-se o aparecimento, sobretudo nos mais jovens, de um número crescente de expressões associadas aos novos movimentos e lutas sociais (“para criar uma sociedade mais justa” e “mais equitativa”, “para salvaguardar o ambiente”, “para defender a nossa cultura”, “para uma cooperação mais justa com os outros povos”, “para defender a paz”, “para aproximar as culturas”, etc.).

Genericamente, pode-se dizer que a defesa do Bem Comum e dos princípios de Solidariedade está no cerne da questão do Voluntariado, embora por razões, enquadramentos morais, ideológicos ou doutrinários e com significados muito distintos. O que significa que a Acção Voluntária apresenta uma grande diversidade e complexidade (cada vez maior) de motivações, conteúdos e expressões.

Um sinal importante das mudanças que têm vindo a ocorrer refere-se também às representações que o trabalho voluntário provoca na sociedade em geral.

Embora o estudo não tenha podido avançar profundamente neste domínio, por não ter sido possível realizar um inquérito (ou uma sondagem) à população portuguesa em geral, permitem avançar com algumas hipóteses consistentes, mas que têm de ser confirmadas com estudos posteriormente.

Em geral, verifica-se uma mudança importante nas (diversas) representações que se foram construindo sobre o trabalho voluntário.

No passado, predominavam as representações associadas a “pessoas de bem”, “que ajudam os outros”, “disponíveis”, “solidárias”, mas também com algumas referências implícitas menos positivas, como “têm tempo porque não trabalham”, “ajudam quando podem”, “sem grandes obrigações de horários”, “fazem caridade com os pobres”.

Embora essas representações as mantenham, mais recentemente surgiram ideias e expressões mais diversificadas e elaboradas como “junto da cidadania”, “participativas na sociedade”, “co-responsáveis perante os problemas”, “um trabalho nobre”, “pessoas dignas de respeito e admiração”.

Há, portanto, um leque mais amplo de valorizações atribuídas aos(as) voluntários(as) que traduz, por um lado, o aumento, em geral, do seu prestígio e valorização e reconhecimento social e, por outro, a emergência de novos domínios e lutas que lhe são associadas.

Também neste caso, há um indicador de complexidade e diversidade na abordagem do tema.

Finalmente, refira-se que a conquista de um maior e melhor enquadramento legal do Voluntariado em Portugal, é um elemento crucial na sua evolução recente. Há, no entanto, ainda vários aspectos e reivindicações a consolidar ou a conquistar, como o reconhecimento e a acção dos Bancos Locais de voluntariado, a realização de seguros para os(as) voluntários(as), o estatuto de dirigente voluntário, entre outros.

Uma questão, também com referência crescente, aqui não abordada, refere-se ao chamado “voluntariado empresarial”, cujo efectivo significado, natureza, conteúdos e implicações remetem mais para o conceito de Responsabilidade Social das Empresas, do que para o domínio aqui abordado (e que se situa mais nos campos da Economia Social e Solidária e da Economia da Dádiva, o que são conceitos diferentes).